



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Geral
Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais
MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD
Com o apoio da UNIÃO EUROPEIA

PAINEL 1

Desenvolvimento nacional, Integração regional e democracia

A rota do desenvolvimento nacional nunca esteve tão vinculada às “lições de casa” passadas pelo Exterior. Tanto no plano regional como na difícil senda da integração econômica global, pululam regras apresentadas aos países em desenvolvimento como brevíários de fé. Entretanto, esses supostos consensos formulados pelos países ricos, e aplicados por intermédio da diplomacia ou da guerra, e pelas agências internacionais que criaram e controlam, estão em descrédito desde que Adam Smith recomendou aos Estados Unidos que se mantivessem como celeiro agrícola e não deixassem de importar manufaturas da Inglaterra.

Nenhum país tornou-se grande e forte aplicando mecanicamente receitas alheias. Ao contrário, os bem-sucedidos seguiram um caminho próprio e uma vez lá em cima, para usar a expressão já clássica de Friedrich List, chutaram a escada. Os que chegaram depois são encaminhados a um campo de reeducação para aprender regras de liberalização completa do comércio e do fluxo de capitais, privatização, redução da influência do Estado e noções genéricas de desregulamentação – ações muitas vezes tomadas em prejuízo do efetivo desenvolvimento nacional. A não-ortodoxia ficou mais difícil, para não dizer proibida e sujeita a retaliações, mas resplendem incomodamente na História os exemplos de países que só superaram a pobreza interna violando os brevíários e criando com autonomia e soberania suas rotas de desenvolvimento.

Um conflito particularmente interessante neste cenário é o da sutil mudança na divisão internacional do trabalho – na qual o agro negócio supera, com apoio da inovação

tecnológica, o impenitente modelo agrário-exportador. O paradigma sugerido pelos ricos no final do século XIX e em avançadas décadas do XX era a troca de produtos agrícolas e matérias-primas por manufaturados, mas, hoje, o alto desenvolvimento da agricultura em países periféricos, dos quais o Brasil é o exemplo mais eloqüente, gera tensões no comércio exterior. A subsidiada agricultura semi-estatal das nações mais desenvolvidas, embora, e compreensivelmente, seja tratada como estratégica por elas, por razões mercadológicas e culturais, inverte o conflito anterior. Importam aviões, mas não açúcar; compram aço, mas não camarão.

Daí a insistência em ilimitadas áreas de livre-comércio em que a agricultura sofra um retrocesso e deixe de financiar a indústria. Contudo, se a idéia do mercado global varre o mundo sob um aparente paradoxo, o da reorganização internacional em blocos continentais ou subcontinentais, a América do Sul dá mostras de que segue este caminho com sucesso. A região colhe, nos dias de hoje, seu melhor resultado desde os esforços de Simão Bolívar para constituir uma nação unificada sobre os escombros das colônias da Espanha. Em dez anos, embora reunindo apenas quatro países, o Mercosul logrou resultados que a União Européia demorou ao menos 30 para conquistar.

O desafio sul-americano é estender o Mercosul a todo o subcontinente, não só como instrumento efetivo de integração regional, mas, também, como bloco coeso de negociação com as demais uniões aduaneiras e zonas de livre-comércio do mundo. Nenhuma delas se nos impõe como destino. A magnitude geopolítica do Brasil induz à colaboração com um projeto político, comercial, diplomático e cultural comum. Um passo tardio, mas enfim em curso, é o da integração física do subcontinente. A integração regional sul-americana se deve fazer, no entanto, de dentro para fora, respeitada a capacidade de cada país integrar-se soberana e beneficentemente, com as conquistas e renúncias inerentes a esta associação.

A importância deste caminho nacional hoje se combina, na integração latino-americana, com a predominância do regime democrático no subcontinente. A democracia representativa acirra a disputa e incentiva a cooperação. A reatualização da Questão Nacional assume uma centralidade decorrente da clareza de que nenhuma força política é capaz de empreender sozinha as transformações profundas que a região em geral e cada país em particular almejam para conquistar níveis elevados de bem-estar material e espiritual para suas populações.

A busca desses objetivos, sob o signo da governabilidade democrática, esboça-se além dos pactos de conciliação tradicionais, os quais, apesar de profícuos à história dos nossos povos,

foram limitados por uma correlação assimétrica de forças. Ao cabo desses acordos de conciliação, as desigualdades se avolumaram e antigas chagas da formação social permaneceram de pé ao lado de inovações e progressos que devemos ampliar de forma horizontal e isonômica. Trata-se agora de aprofundar a repactuação democrática e incluir as amplas massas populares nos processos de decisão e apropriação universal das conquistas da sociedade.

Cabe-nos pensar a questão tríplice deste seminário – “Desenvolvimento nacional, integração regional e democracia” – a partir de heterogeneidades ideológicas e interesses nacionais baseados na disputa e na cooperação, mas conectados por um projeto político comum em que se destaquem um Estado efetivamente democratizado pelo controle público, uma classe empresarial forte, um mercado interno amplo o suficiente para gerar a inclusão social das amplas massas deserdadas – conquistas que tornarão cada país um ator de peso no mundo da equidade multilateral.